

## **Pesquisa ou Propaganda? Análise da Literatura Acadêmica Brasileira sobre o Relato Integrado**

### **Research or Propaganda? Analysis of the Brazilian Academic Literature on Integrated Reporting**

**Paulo Frederico Homero Junior**

Mestre em controladoria e contabilidade – FEA/USP

Doutorando em controladoria e contabilidade – FEA/USP

Av. Prof. Luciano Gualberto, 908. Cidade Universitária. São Paulo/SP. CEP: 05508-010

**E-mail:** paulo.junior@usp.br

**Resumo:** O objetivo deste artigo é identificar como os discursos oriundos do *International Integrated Reporting Council* (IIRC) são apropriados pela literatura acadêmica brasileira sobre o Relato Integrado. Para tanto, foram identificados e analisados 34 artigos publicados em periódicos e congressos. Para identificar os autores e instituições mais produtivos, mapeou-se a rede de coautorias da amostra. Através da leitura dos artigos, suas abordagens em relação à responsabilidade social corporativa e à contabilidade socioambiental foram categorizadas conforme proposto por Brown e Fraser (2006). Além disso, os artigos foram classificados também quanto a suas formas de apropriação dos discursos oriundos do IIRC e quanto a suas metodologias. Os resultados revelam uma rede de coautorias fragmentada e pouco densa, a ausência de abordagens críticas e uma hibridização entre as abordagens *business case* e *stakeholder-accountability*. Usualmente, os discursos oriundos do IIRC são reproduzidos sem qualquer tipo de contestação. Além disso, as obras mais referenciadas têm autores formalmente vinculados ao IIRC e possuem uma nítida orientação de divulgação do Relato Integrado. Dentre os procedimentos metodológicos, prevalecem avaliações da conformidade de relatórios corporativos às diretrizes do IIRC através de *checklists*. Em conjunto, tais evidências corroboram o argumento de que o campo acadêmico na contabilidade brasileira possui um baixo grau de autonomia em relação ao campo profissional, contribuindo para a identificação de mecanismos através dos quais a influência do campo profissional se dissemina no meio acadêmico. Em termos práticos, os resultados desta pesquisa sugerem que o engajamento da comunidade acadêmica brasileira com o projeto do Relato Integrado não contribui para suprir a ausência de diversidade nas perspectivas sociopolíticas dos agentes que compõem as estruturas de governança do IIRC.

**Palavras-chave:** Relato Integrado. Campo científico. Pesquisa contábil brasileira.

**Abstract:** The objective of this paper is to identify how the discourses originated from the International Integrated Reporting Council (IIRC) are appropriated by the Brazilian academic literature on Integrated Reporting. For that, 34 articles published in journals and conferences were identified and analyzed. To identify the most productive authors and institutions, the co-authorship network of the sample was mapped. Through a reading of the articles, their approaches to corporate social responsibility and socio-environmental accounting were categorized as proposed by Brown and Fraser (2006). In addition, the articles were also classified as to their forms of appropriation of the discourses originated from the IIRC and their

*Submetido em dezembro de 2017 e aceito em janeiro de 2018 por André Bufoni após o processo de Double Blind Review*

*Este trabalho foi anteriormente apresentado no evento XVII Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, realizado de 26 a 28 de julho de 2017 em São Paulo/SP.*

methodologies. The results reveal a fragmented and little-dense co-authorship network, the absence of critical approaches and a hybridization between business case and stakeholder-accountability approaches. Usually, discourses originating from the IIRC are reproduced without any kind of contestation. In addition, the most referenced works have authors formally linked to the IIRC and a clear orientation to disseminate Integrated Reporting. Among the methodological procedures, assessments of corporate reports' compliance to the guidelines of the IIRC through checklists prevail. Taken together, these evidences corroborate the argument that the academic field in Brazilian accounting has a low degree of autonomy in relation to the professional field, contributing to identifying mechanisms through which the influence of the professional field is disseminated in the academic environment. In practical terms, the results of this research suggest that the engagement of the Brazilian academic community with the Integrated Reporting project does not contribute to fulfil the lack of diversity in the sociopolitical perspectives of the agents that make up IIRC's governance structures.

**Keywords:** Integrated Reporting. Scientific field. Brazilian accounting research.

## **1 Introdução**

Embora a influência do ambiente social seja geralmente admitida como uma condicionante das práticas científicas e de sua evolução, não raro as discussões e classificações paradigmáticas das ciências negligenciam esse aspecto, fixando-se em critérios de análise internos à própria ciência (*cf.* BURRELL; MORGAN, 1979; KUHN, 1998). Bourdieu (1976, 1991), no entanto, explicitamente considera que a verdade científica é resultado de condições sociais de produção particulares, ou seja, da estrutura e funcionamento do campo científico, e que as ciências sociais enfrentam maiores obstáculos para obter autonomia em relação a determinantes externos.

A partir de um referencial bourdieusiano, Homero Junior (2017) argumenta que o campo acadêmico na contabilidade brasileira possui baixa autonomia em relação ao campo profissional, o que implica em baixa diversidade paradigmática e na ausência de uma linha consolidada de pesquisas interpretativas e críticas. Voss, Carter e Salotti (2015), por sua vez, adotam uma perspectiva pós-estruturalista para revisar a produção acadêmica brasileira sobre Contabilidade Socioambiental (CSA), alegando que referida literatura é capturada pela lógica do desenvolvimento das economias emergentes e evita debates críticos sobre o papel da lógica capitalista em relação à sustentabilidade.

Em linha com tais argumentos, propõe-se neste artigo uma análise da literatura acadêmica brasileira sobre o Relato Integrado, tendo por objetivo identificar como os discursos oriundos do *International Integrated Reporting Council* (IIRC) são apropriados nessa literatura. Conforme discutido na seção 2.1, o Relato Integrado é uma iniciativa relativamente recente no campo profissional, sendo recebida com elevado grau de ceticismo na literatura crítica internacional. Assim, a incipiência da literatura nacional sobre o tema facilita a tarefa de analisá-la, ao passo que a existência de abordagens críticas no âmbito internacional realça o contraste com o cenário brasileiro.

O artigo prossegue da seguinte forma: a seção 2 contempla a fundamentação teórica do artigo e uma revisão da literatura internacional sobre o Relato Integrado com abordagem crítica. A seção 3 descreve os procedimentos metodológicos adotados, e na seção 4 são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa. Por fim, a seção 5 resume os resultados e discute suas implicações.

## 2 Fundamentação teórica

Ao longo de sua obra, o sociólogo Pierre Bourdieu trabalha com a noção de espaço social, entendido como “um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição actual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes” (BOURDIEU, 1989, p. 135). Esse espaço social subdivide-se em diferentes campos, cada qual comportando disputas constantes entre os agentes que nele operam. Em sociedades altamente diferenciadas, nas quais os diferentes campos gozam de maior autonomia, as regras e regularidades constitutivas de cada espaço de disputa são específicas e irredutíveis àquelas que regulam outros campos (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

Em relação ao campo acadêmico, Bourdieu (1984) reconhece dois tipos específicos de poder operacional: a autoridade acadêmica fundada na ocupação de posições que permitem o controle de outras posições e do acesso a elas, e a autoridade científica acumulada pelos agentes que realizam investimentos bem-sucedidos em atividades de pesquisa. Analisando especificamente o campo científico, Bourdieu (1976) considera como sua característica mais distintiva o fato de que os produtores de conhecimento científico não têm, tanto mais quanto maior for a autonomia do campo, outros clientes possíveis senão seus concorrentes diretos. Assim, para obter autoridade científica nas formas de prestígio, reconhecimento, fama, etc., tais produtores dependem de seus pares que, por serem também concorrentes, não estarão inclinados a conceder um valor científico aos produtos oferecidos sem primeiro sujeitá-los a um exame acurado.

As ciências sociais, no entanto, por terem como objetivo produzir a representação legítima do mundo social, enfrentam maiores obstáculos para obter um alto nível de autonomia, uma vez que essa representação também é objeto das disputas políticas na sociedade – enquanto a autonomia das ciências naturais propicia um progresso tecnológico que pode ser economicamente explorado, as ciências sociais só têm a oferecer às classes dominantes um contributo para legitimar a ordem estabelecida, reforçando seu arsenal de instrumentos simbólicos de dominação (BOURDIEU, 1976). Nesse sentido, Bourdieu (1991, p. 19, tradução nossa) alega que

nas disciplinas científicas que são mais vulneráveis à demanda social por serviços técnicos ou simbólicos, sempre vemos a emergência de uma oposição, típica dos campos de produção literária ou artística, entre um campo de produção restrita que é para si mesmo seu próprio mercado, e um campo de produção generalizada, onde os produtores oferecem seus serviços ideológicos aos poderes dominantes na forma de comitês de especialistas ou “ideologias científicas” [...], ou que, evitando o confronto com seus competidores, dirigem-se a não profissionais e extraem dessa ligação direta uma forma de poder simbólico que podem tentar trazer ao jogo no âmbito do debate científico em si.

Dessa maneira, entende-se que as premissas compartilhadas pelos pesquisadores de determinada área, ou seja, os paradigmas prevalentes em cada disciplina (cf. BURRELL; MORGAN, 1979; CHUA, 1986), são afetados por suas condições sociais de produção, refletindo o grau de autonomia do campo científico em relação ao restante do espaço social. Especificamente em relação à CSA e à Responsabilidade Social Corporativa (RSC), Brown e Fraser (2006) afirmam parecer haver um consenso de que tais temas são dignos de atenção, mas que diferentes grupos adotam premissas muito distintas sobre a interface entre os negócios e a sociedade, levando-os a visões também distintas sobre o porquê e como tais campos devem ser desenvolvidos. Para fornecer um panorama das abordagens que diferentes autores(as) adotam sobre esses temas, Brown e Fraser (2006) as classificam em três paradigmas: *business case*, *stakeholder-accountability* e abordagem crítica. A Tabela 1 apresenta as principais características de cada categoria.

Tabela 1 – Abordagens à CSA e à RSC

Características	<i>Business case</i>	<i>Stakeholder-accountability</i>	Crítica
Propósito	RSC/CSA é vista como uma extensão das ferramentas de gerenciamento existentes para aumentar o valor dos acionistas. RSC/CSA deve resultar em ‘ganha-ganhas’. Se (e somente se) reputação, <i>marketing</i> social, boas relações com empregados etc. proverem ‘riqueza’ adicional a RSC/CSA prosseguirá.	RSC/CSA deve incrementar a <i>accountability</i> e transparência das organizações. Isso pode envolver custos adicionais às organizações. <i>Accountability</i> e transparência são componentes centrais de uma sociedade democrática.	RSC/CSA deve expor as contradições básicas e aspectos exploradores do sistema capitalista. Degradação ambiental e desigualdades sociais devem ser destacadas.
Premissas-chave	Primazia dos acionistas sobre todos os outros <i>stakeholders</i> é assumida. Foco no gerenciamento dos <i>stakeholders</i> ao invés da <i>accountability</i> em relação a eles.	Vários <i>stakeholders</i> têm ‘direitos a informação’ que devem ser reconhecidos para propósitos de tomada de decisões e de proteção contra potenciais abusos do poder corporativo. A primazia dos acionistas não é assumida.	Ceticismo sobre o potencial para ‘ <i>accountability</i> real’ na ausência de mudanças radicais na sociedade capitalista. Perigo em agir ‘como se’ vivêssemos numa sociedade plural.
Regulação	Generalizadamente favorável a uma abordagem ‘voluntariosa’. A regulação aumenta os custos de conformidade, é inflexível demais e impõe ‘custosamente’ a RSC aos negócios.	A regulação é necessária para garantir relatos balanceados com propósitos de <i>accountability</i> , monitoramento e tomada de decisões. Do contrário, o risco de ‘ <i>greenwash</i> ’ é alto demais.	A legislação é importante na asseguarção de direitos à informação. No entanto, é preciso ter cautela quanto às oportunidades que as elites têm para emascular os processos regulatórios (por exemplo, através do estabelecimento de agenda e de pseudoparticipação).
Papel dos <i>stakeholders</i>	RSC/CSA envolverá ‘consultas’ com os <i>stakeholders</i> .	<i>Stakeholders</i> devem ‘participar significativamente’ nas decisões e relatórios organizacionais.	‘Engajamento’ significativo é improvável sob as estruturas de governança correntes.
Futuro da RSC/CSA	RSC/CSA requer mais foco sobre atividades ‘técnicas’, tais como o desenvolvimento de medidas de desempenho e técnicas de <i>benchmarking</i> .	A operacionalização da RSC/CSA é inevitavelmente política. A intervenção de órgãos regulatórios (com a participação de <i>stakeholders</i> ) é requerida para desenvolver medidas significativas de <i>accountability</i> .	O sistema econômico corrente requer mudança radical. A predominância de valores e perspectivas orientados ao capital significa que a RSC/CSA é propensa a ser capturada pelos negócios. Pode ser melhor para os <i>stakeholders</i> confiar em ‘antirrelatórios’ preparados externamente.

Fonte: Tradução livre de Brown e Fraser (2006, p. 114).

Adotando a classificação proposta por Brown e Fraser (2006) na análise de 352 artigos brasileiros sobre contabilidade socioambiental publicados entre 1989 e 2015, Voss, Carter e Salotti (2015) apontam a prevalência da abordagem *business case* em 71,6% dos casos. Dentre esses casos, os autores identificam três principais tópicos de discussão: mensuração de variáveis

socioambientais; consultoria para o incremento da eficiência e eficácia organizacionais; e descrição e/ou prescrição de modelos de RSC/CSA. Quanto ao tópico de consultoria, Voss, Carter e Salotti (2015, p. 8, tradução nossa) afirmam que “o principal assunto nessa categoria é a necessidade do pesquisador prover um estudo que possa ser vendido às companhias”, o que contribui para expandir a influência dos negócios no meio acadêmico, levando os pesquisadores-consultores a, dentro das universidades, trabalhar para as corporações; já o tópico de descrição e/ou prescrição de modelos de RSC/CSA, segundo os autores, “parece visar uma abordagem mais agressiva sobre a presença de uma força hegemônica para que o pesquisador seja um *empregado*” (VOSS; CARTER; SALOTTI, 2015, p. 9, tradução nossa).

Em linha com tais entendimentos, Homero Junior (2017) argumenta que a baixa diversidade paradigmática observada na pesquisa contábil feita no Brasil é consequência da falta de autonomia do campo científico em relação ao campo profissional, evidenciada pela precedência da organização da profissão contábil em relação ao estabelecimento dos cursos superiores, pela ocupação de posições de destaque no meio acadêmico por agentes com atuação destacada também no campo profissional, e pelas iniciativas das entidades representativas da profissão visando pautar o ensino de contabilidade, que encontram amplo apoio no próprio meio acadêmico. A prevalência da abordagem positivista na pesquisa contábil brasileira, para o autor, “também pode ser interpretada à luz dessa falta de autonomia, pois a reificação do *status quo* que lhe é característica permite a reprodução, sob uma aura de cientificidade, dos discursos oriundos do campo profissional” (HOMERO JUNIOR, 2017, p. 325).

### **2.1 O Relato Integrado**

Em 2010 foi criado, em iniciativa conjunta do *The Prince's Accounting for Sustainability Project* (A4S) e da *Global Reporting Initiative* (GRI), o *International Integrated Reporting Committee*, posteriormente renomeado como *International Integrated Reporting Council* (IIRC). O objetivo declarado dessa iniciativa era criar “um *framework* globalmente aceito para a contabilidade para a sustentabilidade. Um *framework* que reúna informações financeiras, ambientais, sociais e de governança em um formato claro, conciso, consistente e comparável – dito brevemente, um formato ‘integrado’” (THE PRINCE'S ACCOUNTING FOR SUSTAINABILITY PROJECT; GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2010, tradução nossa). Em 2013, o IIRC publicou um *framework* cujo propósito declarado “é estabelecer Princípios Básicos e Elementos de Conteúdo que guiem o conteúdo geral de um relatório integrado, e explicar os conceitos fundamentais que os sustentam” (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2014, p. 4).

A característica mais notável do IIRC quando de sua fundação, segundo Flower (2015), era a alta representatividade de poder de seu conselho, que incluía dentre seus 40 membros os líderes do *International Accounting Standards Board* (IASB), do *Financial Accounting Standards Board* (FASB), da *International Federation of Accountants* (IFAC), os CEOs das *Big Four*, os chefes das principais associações profissionais britânicas da área contábil e os CFOs de grandes multinacionais como a Nestlé, a Tata e o HSBC. Em conjunto, os representantes da profissão contábil, de preparadores de relatórios corporativos e de reguladores constituíam mais da metade do conselho do IIRC, superando em quantidade os poucos representantes de organizações promotoras da contabilidade socioambiental. Conforme Brown e Dillard (2014, p. 1149, tradução nossa), “há uma ausência notável de grupos da sociedade civil, sindicatos ou outros que pudessem fornecer perspectivas sociopolíticas além do *business case* nas estruturas de governança do IIRC”.

Villiers, Rinaldi e Unerman (2014, p. 1059, tradução nossa), ao comentarem as transformações pelas quais passou o projeto desenvolvido pelo IIRC, afirmam que

A forma como os relatórios integrados são conceituados agora em 2014, com foco estratégico em ações e planos futuros que focalizam especificamente a criação de valor, contrasta fortemente com os focos originais de 2010 sobre os *stakeholders* (além dos acionistas) e a *accountability* pelos impactos das atividades corporativas. Essa mudança significa que o público-alvo para o relatório integrado é agora substancialmente diferente daquele dos relatórios de sustentabilidade. Enquanto os relatórios de sustentabilidade têm como objetivo fornecer informações sociais, ambientais e econômicas a uma ampla gama de *stakeholders*, os relatórios integrados agora buscam apresentar informações relacionadas à avaliação ampla de riscos e de potencial de crescimento de valor futuro, sendo direcionados a provedores de capital e potenciais investidores.

Brown e Dillard (2014) consideram que o Relato Integrado concebido pelo IIRC fornece uma abordagem muito limitada e unilateral para avaliar e informar sobre questões de sustentabilidade. Eles afirmam que o Relato Integrado, embora possa se coadunar à contabilidade convencional e às estruturas de governança correntes, que privilegiam o capital financeiro, pouco contribuirá para atender às necessidades de outros interessados, sendo provável que “nos leve para cada vez mais longe de relatórios sociais e ambientais que possam promover a *accountability* corporativa, o empoderamento dos *stakeholders*, a governança democrática e a sustentabilidade” (BROWN; DILLARD, 2014, p. 1147, tradução nossa).

Para Flower (2015), o recuo do IIRC em relação a seu objetivo original de desenvolver um modelo contábil que promovesse a sustentabilidade e protegesse o meio-ambiente, em prol de uma postura amigável aos negócios e que prioriza as necessidades dos investidores, pode ter decorrido de uma agenda oculta das organizações que participavam de seu conselho representando a profissão contábil, os preparadores de relatórios corporativos e os reguladores. Para o autor, o incômodo dessas organizações com o desenvolvimento de formas alternativas de relatórios corporativos tinha dois motivos principais: (a) essas novas formas poderiam minar a teoria capitalista da firma e substituí-la por outra de maior orientação social, como a teoria dos *stakeholders*, e (b) a profissão contábil poderia perder sua posição predominante no campo dos relatórios corporativos.

Corroborando a visão de que o IIRC tenha sido cooptado por interesses corporativos e profissionais, Thomson (2015, p. 19, tradução nossa) afirma que “o Relatório Integrado reduz a sustentabilidade a cinco fontes de valor corporativo, mas fontes de valor que precisam ser melhor gerenciadas para aumentar a riqueza dos investidores individuais e não a prosperidade da sociedade”. Para ele, o Relato Integrado tal como proposto pelo IIRC exclui excessivamente a lógica da sustentabilidade e não permite qualquer redistribuição substantiva de poder, podendo silenciar os elementos radicais do discurso da sustentabilidade e representar práticas corporativas insustentáveis como sendo sustentáveis.

Todavia, a cooptação do IIRC por interesses profissionais pode ser compreendida como um movimento não apenas para proteger a posição da profissão contábil em relação aos relatórios corporativos, mas também para expandir sua influência em relação à temática da sustentabilidade. Nesse sentido, Andon, Free e O’Dwyer (2015), ao examinarem tentativas de expansão jurisdicional no campo da auditoria através da criação de serviços fora de seus domínios tradicionais, afirmam que a força que as *Big Four* podem impor ao entrarem em novos campos é tal que potenciais concorrentes, tais como engenheiros e especialistas ambientais no campo da asseguração de sustentabilidade, por vezes acabam abandonando esses campos ou se subordinando à ambição da profissão contábil por tais espaços.

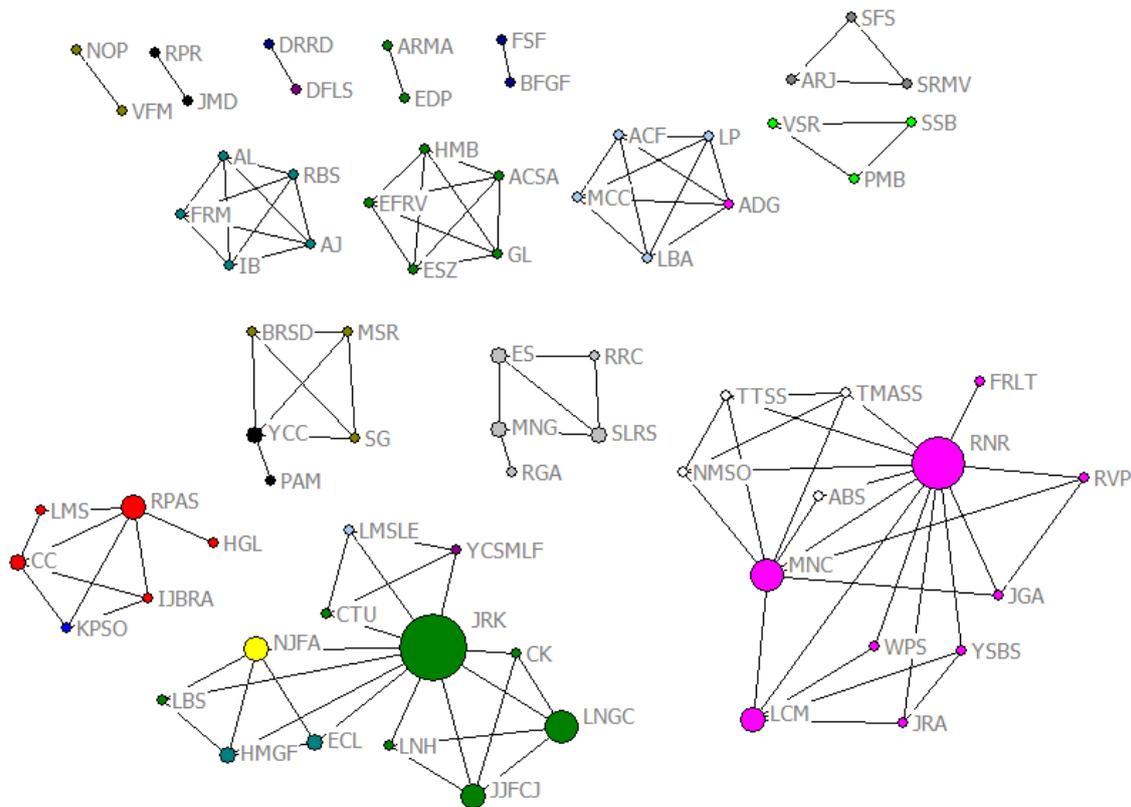
Admitindo-se que (a) o IIRC tenha sido cooptado por interesses da profissão contábil e que, portanto, a difusão de suas diretrizes sobre o Relato Integrado atenda a esses interesses; e ainda que (b) no Brasil o campo acadêmico da contabilidade goze de uma baixa autonomia em relação ao campo profissional; investiga-se neste artigo a literatura acadêmica brasileira sobre

o Relato Integrado, analisando-se se os discursos oriundos do IIRC são questionados ou se são meramente reproduzidos em tal literatura.

### 3 Procedimentos Metodológicos

Fairclough (2001) entende o discurso como uma prática social que não apenas representa, mas também constitui e constrói os significados do mundo. Assim, o discurso possui uma função ideacional, relativa aos modos pelos quais os textos atribuem significados aos processos, entidades e relações que compõem a realidade social. Além disso, o autor também destaca a intertextualidade, definida como “a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 114). Através da intertextualidade, podem-se analisar as práticas discursivas como um modo de disputa hegemônica em que as estruturas sociais existentes são reproduzidas, reestruturadas ou desafiadas.

A fim de investigar o modo como os discursos oriundos do IIRC são apropriados na literatura acadêmica brasileira, em dezembro de 2017 conduziram-se buscas pela expressão “Relato Integrado” no Google Acadêmico e na base de dados *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL). Através dessas buscas, identificaram-se 11 artigos publicados em periódicos e 23 artigos publicados em anais de congresso, que compuseram a amostra de 34 artigos analisados nesta pesquisa. Esses artigos foram lidos na íntegra, e suas abordagens em relação à RSC/CSA foram interpretadas e categorizadas conforme a proposta de Brown e Fraser (2006), resumida na Tabela 1. Na Seção 4, apresentam-se evidências textuais que corroboram as categorizações efetuadas.



**Figura 1** – Rede de coautorias sobre Relato Integrado no Brasil

**Nota.** Os nós representam os autores, e os traços, a existência de coautoria entre eles. O tamanho dos nós é proporcional à quantidade de artigos publicados pelos autores, que varia de 1 a 9, e as cores dos nós representam as instituições às quais eles se vinculam.

Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda no intuito de avaliar a intertextualidade, as referências utilizadas em cada artigo foram compiladas e classificadas entre autoria de brasileiros, estrangeiros ou entidades coletivas, destas destacando-se as oriundas do IIRC. Além disso, para identificar os autores e instituições mais produtivos da amostra, a rede de coautorias foi mapeada utilizando-se o *software* Ucinet (BORGATTI; EVERETT; FREEMAN, 2002).

#### 4 Apresentação e Discussão dos Resultados

A Figura 1 representa graficamente a rede de coautorias formada através dos 34 artigos analisados nesta pesquisa.

Refletindo a incipiência da literatura sobre Relato Integrado no Brasil, percebe-se que a rede de coautorias representada na Figura 1 é fragmentada e pouco densa, predominando as interações entre autores vinculados a uma mesma instituição. Duas instituições se destacam nessa rede: a FEA/USP (verde escuro) e a UFPE (rosa), às quais se vinculam, respectivamente, os dois autores com maiores produção e interações: JRK, com 9 artigos e 11 coautores, e RNR, com 7 artigos e 12 coautores.

Em relação à RSC/CSA, chama atenção a ausência de abordagens críticas na produção analisada. Corroborando os resultados de Voss, Carter e Salotti (2015), percebe-se que a abordagem *business case* prevalece sobre a abordagem *stakeholder-accountability* também nessa amostra; porém, o mais comum é haver uma hibridização entre ambas, caracterizada por discursos que afirmam a RSC/CSA como uma restrição de origem externa ao ambiente organizacional e que reconhecem o direito de acesso dos *stakeholders* a informações corporativas, ao mesmo tempo que representam o Relato Integrado como uma solução capaz não apenas de satisfazer essas demandas, mas também de trazer ganhos de eficiência e eficácia ao controle gerencial, “agregando valor” às organizações. A Tabela 2 indica a representatividade de tais abordagens e apresenta evidências discursivas que corroboram as categorizações efetuadas a partir da leitura dos artigos.

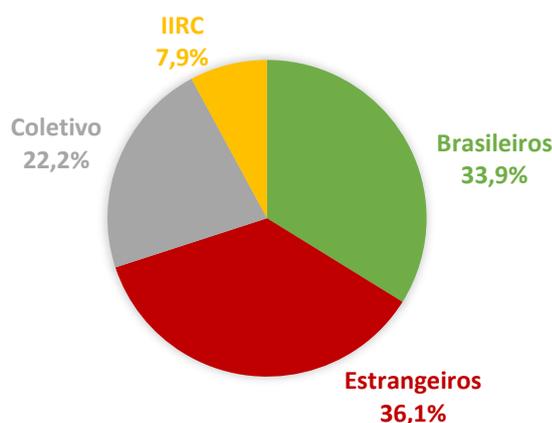
Tabela 2 – Abordagens à RSC/CSA nos artigos analisados

Abordagem	Artigos
<b>Business case</b>	<b>11</b>
<p>“Os conceitos fundamentais que sustentam a elaboração do relato integrado buscam explicar <b>como a organização gera valor ao longo do tempo</b>, através da visão e interação com o ambiente externo e com os capitais <b>para gerar valor</b> no curto, médio e longo prazo” (ABREU et al., 2016, p. 34, <b>grifos nossos</b>).</p> <p>“Nessa linha, o RI deve divulgar atividades, interações e demais externalidades <b>relevantes à capacidade de a organização gerar valor</b>, positivo ou negativo, para <b>os provedores de capital</b> avaliarem efeitos e alocarem recursos de forma consciente” (ALVES et al., 2017, p. 105, <b>grifos nossos</b>).</p>	
<b>Híbrida</b>	<b>19</b>
<p>“Dessa forma, o <b>interesse da sociedade</b> foi gradativamente evoluindo, além de produtos e serviços de qualidade, passou-se a <b>exigir das empresas uma maior responsabilidade social corporativa</b>” (FREITAS; FREIRE, 2017, p. 78, <b>grifos nossos</b>).</p> <p>“[...] o RI visa rastrear a forma como os capitais são utilizados, de que maneira se relacionam e como são feitas as compensações pela entidade. Por meio da evidenciação da estratégia e do modelo de negócios é possível articular como os capitais serão convertidos em <b>criação de valor para a empresa</b>” (FREITAS; FREIRE, 2017, p. 84, <b>grifos nossos</b>).</p> <p>“os efeitos causados pelo mau uso dos recursos naturais fizeram aumentar a preocupação não só das empresas, <b>mas também da população</b> e dos investidores que têm demonstrado uma “consciência ecológica” ao adquirir produtos e serviços. As empresas, por sua vez, buscam <b>se adaptar a essa nova demanda</b> aderindo a práticas</p>	

Abordagem	Artigos
corretas e justas em âmbito socioambiental e que possuam viabilidade econômica” (RICARDO; BARCELLOS; BORTOLON, 2017, p. 91, grifos nossos).	
<i>Stakeholder-accountability</i>	2
“Essa necessidade de maior transparência vem inspirando instituições, empresas e o mundo acadêmico a buscar novas formas de se <b>praticar a accountability para um número abrangente de stakeholders</b> . Nesse sentido, uma promessa é o relato integrado. [...] Eccles e Krzus (2011) acreditavam que o relato integrado poderia contribuir para que as empresas buscassem soluções para <b>os problemas que afetam o planeta</b> ” (GARCIA et al., 2015, p. 72–73, grifos nossos).	
N/A	2
<b>Total</b>	<b>34</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à origem das referências citadas, a Figura 2 evidencia um leve predomínio de autores estrangeiros em comparação a brasileiros e a entidades coletivas. Dentre estas, destaca-se o próprio IIRC, responsável por 80 das 1019 referências apresentadas nos 34 artigos.



**Figura 2** – Origens das referências

**Nota.** A contagem inclui as referências a uma mesma obra feitas em diferentes artigos.

Fonte: Dados da pesquisa.

Questionamentos aos discursos oriundos do IIRC podem ser identificados em apenas três artigos. Maciel e Cintra (2015, p. 14), por exemplo, alegam que

relatórios integrados asseguram maior transparência para os relatórios corporativos e, conseqüentemente, para os mercados de capitais. No entanto, não se pode afirmar que o mesmo garantirá uma empresa ou uma economia mais sustentável. Para isso, o foco deveria estar, também nos processos e estratégias sustentáveis que a organização adota, e não apenas em como ela integra os elementos que suportam a sua criação de valor ao longo do tempo. Ademais, não fica claro, até o momento, como as organizações vão operacionalizar os preceitos do modelo do relato integrado.

Já Santos, Rodrigues e Miranda (2017, p. 3) apontam que “Flower (2015) e Thomson (2015) criticam o fato do IIRC colocar os fornecedores de capital financeiro como os principais interessados no RI, segundo eles, tal definição não contempla o que é material para a maioria dos *stakeholders*”; enquanto Tunico e Rodrigues (2016, p. 6) reportam os resultados de estudo que “revelou que o benefício esperado de uma empresa em reconsiderar seu modelo de negócios e incentivar o desenvolvimento de produtos sustentáveis não é percebido como um resultado material nas empresas que implantaram o Relato Integrado”. Cabe ressaltar que esses dois últimos exemplos são oriundos dos artigos que não se filiam a uma abordagem específica sobre a RSC/CSA, conforme indicado na Tabela 2, posto que têm como objeto de investigação o *lobbying* exercido através das cartas-comentário enviadas durante a consulta pública para a

elaboração do *framework* do IIRC. Quanto aos demais 31 artigos analisados, os discursos oriundos do IIRC são reproduzidos sem qualquer tipo de contestação, sendo utilizados inclusive como fundamentação teórica de alguns deles.

Nas referências a autores estrangeiros e brasileiros, também se percebe a prevalência de obras de divulgação do Relato Integrado. Dentre os estrangeiros, a obra mais referenciada é o livro **Relatório único: divulgação integrada para uma estratégia sustentável**, de Eccles e Krzus (2011), com 13 ocorrências; já dentre os brasileiros, o maior número de referências é ao artigo **Relato integrado: a nova revolução contábil**, cujas versões de congresso (KASSAI; CARVALHO, 2013) e/ou de periódico (CARVALHO; KASSAI, 2014) são referenciadas em 15 artigos. Além do caráter de divulgação do Relato Integrado, essas obras têm em comum o vínculo de seus autores com o IIRC, conforme indicado na Tabela 3.

**Tabela 3** – Obras mais referenciadas e perfis de seus autores

	<b>Estrangeiros</b>	<b>Brasileiros</b>
<b>Obra</b>	ECCLES, R. G.; KRZUS, M. P. <b>Relatório único: divulgação integrada para uma estratégia sustentável</b> . São Paulo: Saint Paul, 2011.	CARVALHO, N.; KASSAI, J. R. Relato Integrado: A Nova Revolução Contábil. <b>Revista Fipecafi</b> , v. 1, p. 21–34, 2014.
<b>Autores</b>	<p><b><u>Robert G. Eccles</u></b></p> <p>Professor visitante na <i>Saïd Business School</i> da Universidade de Oxford</p> <p>Integrante do <i>Steering Committee</i> fundador do IIRC</p> <p>Atualmente é membro do conselho do IIRC</p> <p><b><u>Michael P. Krzus</u></b></p> <p>Presidente da Mike Krzus Consulting, firma que oferece serviços de consultoria para a implementação do Relato Integrado</p>	<p><b><u>Nelson Carvalho</u></b></p> <p>Professor na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP)</p> <p>Integrante do <i>Steering Committee</i> fundador do IIRC</p> <p>Atualmente é embaixador do IIRC</p> <p><b><u>José Roberto Kassai</u></b></p> <p>Professor na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP)</p> <p>Coordenador do Grupo de Trabalho (GT) Acadêmico da Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado (CBARI)</p>

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em informações de Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado (2017), International Integrated Reporting Council (2017) e LinkedIn (2017).

A influência do campo profissional pode ser vislumbrada até mesmo na metodologia dos artigos analisados: um procedimento típico das atividades de auditoria e consultoria, as avaliações de conformidade dos relatórios corporativos às diretrizes do IIRC através de *checklists* são empregadas em 17 oportunidades. Além da conformidade, os artigos que compuseram a amostra também se propõem a descrever o conteúdo de Relatos Integrados (4) e os determinantes de sua divulgação (3), a avaliar a aplicabilidade das diretrizes do IIRC em organizações específicas (3) ou a discuti-las teoricamente (3), a analisar o *lobbying* durante a consulta pública para a elaboração do *framework* do IIRC (2) e a apresentar análises bibliométricas da literatura a respeito do Relato Integrado (2).

## **5 Conclusões**

Investigou-se neste artigo o modo como os discursos oriundos do IIRC são apropriados pela literatura acadêmica brasileira. Para tanto, foram identificados e analisados 34 artigos sobre o Relato Integrado publicados em periódicos e congressos. Refletindo a incipiência da temática, a análise revelou uma rede de coautorias fragmentada e pouco densa, na qual predominam as interações entre autores vinculados a uma mesma instituição.

Considerando a classificação proposta por Brown e Fraser (2006), a amostra analisada carece de qualquer abordagem crítica à RSC/CSA, prevalecendo uma hibridização entre as abordagens *business case* e *stakeholder-accountability*. A rearticulação entre discursos contraditórios, que indica uma disputa de hegemonia no campo (cf. FAIRCLOUGH, 2001), configura-se no caso analisado como um processo de cooptação e silenciamento de elementos radicais do discurso da sustentabilidade: em linhas gerais, embora se reconheça o direito de acesso dos *stakeholders* a informações corporativas, o Relato Integrado é representado como um meio de “agregar valor” às organizações, subordinando a lógica da sustentabilidade aos imperativos econômicos da ordem capitalista.

Nas citações a referências oriundas do IIRC, via de regra os discursos contidos em tais documentos são reproduzidos sem qualquer tipo de contestação, por vezes servindo até mesmo como referencial teórico. Já dentre as referências tanto a estrangeiros como a brasileiros, as obras de maior destaque têm autores formalmente vinculados ao IIRC e possuem um nítido caráter de divulgação do Relato Integrado. Ademais, em metade dos artigos analisados os procedimentos metodológicos incluem avaliações de conformidade de relatórios corporativos às diretrizes do IIRC através de *checklists*, procedimento típico de atividades de auditoria e consultoria. Em conjunto, tais evidências corroboram o argumento de que o campo acadêmico na contabilidade brasileira possui baixa autonomia em relação ao campo profissional (cf. HOMERO JUNIOR, 2017), e contribuem para identificar mecanismos através dos quais a influência do campo profissional se dissemina no campo acadêmico: a associação discursiva observada entre ambos os campos se traduz materialmente na ocupação simultânea de posições na academia e no mercado profissional por agentes que atuam como produtores e como referências da literatura sobre o Relato Integrado.

Em grande parte, tais evidências são também congruentes aos argumentos de Voss, Carter e Salotti (2015), para quem a produção acadêmica brasileira sobre CSA evita debates críticos sobre o papel da lógica capitalista em relação à sustentabilidade. Por outro lado, a sugestão de que “os estudos de CSA no Brasil devem abraçar a liberdade de seus assuntos e se envolver na agenda social e política além da situação hegemônica de interesses financeiros” (VOSS; CARTER; SALOTTI, 2015, p. 1, tradução nossa) parece pouco exequível em um futuro previsível, pois como argumentam Wilkinson e Durden (2015), para haver mudanças estruturais bem-sucedidas na pesquisa contábil é necessário que ocorra um realinhamento de recursos externos ao campo acadêmico. Assim, enquanto a subordinação a interesses do campo profissional permanecer sendo uma característica estruturante do campo acadêmico na contabilidade brasileira, o mais provável é que a literatura acadêmica continue reproduzindo acriticamente os discursos oriundos da profissão contábil.

Em termos práticos, os resultados desta pesquisa sugerem que o engajamento da comunidade acadêmica brasileira com o projeto do Relato Integrado não contribui para suprir a carência de diversidade nas perspectivas sociopolíticas dos agentes que compõem as estruturas de governança do IIRC (cf. BROWN; DILLARD, 2014; FLOWER, 2015). Ao invés do escrutínio que um campo científico autônomo poderia oferecer, via de regra a pesquisa contábil brasileira apenas reforça o capital simbólico de agentes do campo profissional que também ocupam posições de destaque no meio acadêmico. Ao reproduzirem acriticamente os

discursos oriundos do IIRC, subordinando a sustentabilidade aos interesses do capital financeiro, esses agentes contribuem para expandir a influência (e os mercados) da profissão contábil em relação à temática da sustentabilidade, assim como para reforçar o arsenal de instrumentos simbólicos de dominação disponíveis às classes dominantes (cf. BOURDIEU, 1976).

Futuras investigações sobre outras áreas temáticas poderão contribuir para elucidar se as proposições apresentadas neste artigo são aplicáveis ao campo científico da contabilidade brasileira como um todo. Afinal, será que os acadêmicos brasileiros produzem apenas propaganda do Relato Integrado, da GRI, das IFRS, da CMI, das IPSAS, do GECON, do ABC, do BSC, enfim, das inúmeras tecnologias vendidas pela profissão contábil? Mais do que questões de pesquisa, fica aqui a provocação para que a comunidade acadêmica contábil brasileira reflita sobre sua relação com o campo profissional.

### Referências

- ABREU, A. C. S. et al. Governança Corporativa na Estrutura Conceitual do Relato Integrado: Divulgações das Empresas Brasileiras Participantes do Projeto Piloto. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 6, n. 2, p. 31–49, maio/ago., 2016.
- ALVES, N. J. F. et al. Relato Integrado e o Formato da Informação Financeira para Evidenciar a Criação de Valor das Empresas do Programa Piloto. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 5, n. 3, p. 99–122, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://doi.org/10.18405/recfin20170306>>. Acesso em: 18 dez. 2017.
- ANDON, P.; FREE, C.; O'DWYER, B. Annexing new audit spaces: challenges and adaptations. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 28, n. 8, p. 1400–1430, 2015. Disponível em: <<http://doi.org/10.1108/AAAJ-01-2015-1932>>. Acesso em: 18 dez. 2017.
- BORGATTI, S.; EVERETT, M.; FREEMAN, L. **Ucinet 6 for Windows: Software for Social Network Analysis**. Harvard, MA: Analytic Technologies, 2002.
- BOURDIEU, P. Le champ scientifique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 2, p. 88–104, 1976. Disponível em: <<http://doi.org/10.3406/arss.1976.3454>>. Acesso em: 18 dez. 2017.
- BOURDIEU, P. **Homo Academicus**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. The peculiar history of scientific reason. **Sociological Forum**, v. 6, n. 1, p. 3–26, 1991. Disponível em: <<http://doi.org/10.1007/BF01112725>>. Acesso em: 18 dez. 2017.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1992.
- BROWN, J.; DILLARD, J. Integrated reporting: On the need for broadening out and opening up. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 27, n. 7, p. 1120–1156, 2014. Disponível em: <<http://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2013-1313>>. Acesso em: 18 dez. 2017.
- BROWN, J.; FRASER, M. Approaches and perspectives in social and environmental accounting: an overview of the conceptual landscape. **Business Strategy and the Environment**, v. 15, n. 2, p. 103–117, 2006. Disponível em: <<http://doi.org/10.1002/bse.452>>. Acesso em: 18 dez. 2017.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organisational Analysis:**

**Elements of the Sociology of Corporate Life.** Aldershot, UK: Ashgate, 1979.

CARVALHO, N.; KASSAI, J. R. Relato Integrado: A Nova Revolução Contábil. **Revista Fipecafi**, v. 1, p. 21–34, 2014.

CHUA, W. F. Radical Developments in Accounting Thought. **The Accounting Review**, v. 61, n. 4, p. 601–632, 1986.

COMISSÃO BRASILEIRA DE ACOMPANHAMENTO DO RELATO INTEGRADO. **Relato Integrado Brasil.** Disponível em: <[http://www.relatointegradobrasil.com.br/default\\_pt.asp?idioma=0&conta=28](http://www.relatointegradobrasil.com.br/default_pt.asp?idioma=0&conta=28)>. Acesso em: 10 dez. 2017.

ECCLES, R. G.; KRZUS, M. P. **Relatório único: divulgação integrada para uma estratégia sustentável.** São Paulo: Saint Paul, 2011.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** Brasília: UnB, 2001.

FLOWER, J. The international integrated reporting council: A story of failure. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 27, p. 1–17, 2015. Disponível em: <<http://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.07.002>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

FREITAS, B. F. G. DE; FREIRE, F. DE S. Relato Integrado: Um estudo da aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC no Relatório Socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 12, n. 1, p. 77–92, jan./abr. 2017. Disponível em: <[http://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v12i1.13399](http://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v12i1.13399)>. Acesso em: 18 dez. 2017.

GARCIA, S. et al. Qualidade da divulgação socioambiental: um estudo sobre a acurácia das informações contábeis nos relatórios de sustentabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, n. 25, p. 67–94, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://doi.org/10.5007/2175-8069.2015v12n25p67>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

HOMERO JUNIOR, P. F. A Constituição do Campo Científico e a Baixa Diversidade da Pesquisa Contábil Brasileira. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 11, n. 3, p. 314–328, jul./set. 2017. Disponível em: <<http://doi.org/10.17524/repec.v11i3.1565>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL. **A Estrutura Internacional para Relato Integrado.** Disponível em: <<http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-Portuguese-final-1.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL. **Integrated Reporting <IR>.** Disponível em: <<http://integratedreporting.org/>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

KASSAI, J. R.; CARVALHO, L. N. **Relato Integrado: a próxima revolução contábil.** In XV Engema. **Anais...**São Paulo: 2013. Disponível em: <<http://engema.org.br/XVENGEMA/Anais-2013-v2.0.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas.** 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LINKEDIN. **Mike Krzus.** Disponível em: <<https://www.linkedin.com/in/mikekrzus>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

MACIEL, P. A.; CINTRA, Y. C. **De Único a Integrado: a História Recente da Evolução dos Relatórios Corporativos.** In IV CSEAR South America. **Anais...**Salvador: 2015. Disponível em: <<http://www.csearsouthamerica.net/events/index.php/csear/CSEAR2015/paper/view/176>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

RICARDO, V. S.; BARCELLOS, S. S.; BORTOLON, P. M. Relatório de sustentabilidade ou relato integrado das empresas listadas na BM&FBovespa: fatores determinantes de divulgação. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 11, n. 1, p. 90–104, jan./abr. 2017

SANTOS, W. P.; RODRIGUES, R. N.; MIRANDA, C. L. **Um Estudo do Posicionamento Adotado pelos Stakeholders sobre a Materialidade e a Responsabilização das Informações Contidas no Relato Integrado**. In V Conferência Sulamericana de Contabilidade Ambiental. **Anais...**Brasília: 2017. Disponível em: <<http://conferencias.unb.br/index.php/CCS2017/ccs2017/paper/view/5695>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

THE PRINCE'S ACCOUNTING FOR SUSTAINABILITY PROJECT; GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Formation of the International Integrated Reporting Committee (IIRC)**. Disponível em: <<http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2011/03/Press-Release1.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

THOMSON, I. “But does sustainability need capitalism or an integrated report” a commentary on “The International Integrated Reporting Council: A story of failure” by Flower, J. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 27, p. 18–22, 2015. Disponível em: <<http://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.07.003>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

TUNICO, F. R. L.; RODRIGUES, R. N. **Participação das Empresas dos Países Emergentes na Definição do Framework do Relato Integrado: Análise do Consultation Draft de 2013**. In X Seminário UFPE de Ciências Contábeis. **Anais...**Recife: 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/SUCC/article/view/2791>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

VILLIERS, C. DE; RINALDI, L.; UNERMAN, J. Integrated reporting: Insights, gaps and an agenda for future research. **Accounting Auditing and Accountability Journal**, v. 27, n. 7, p. 1042–1067, 2014. Disponível em: <<http://doi.org/10.1108/AAAJ-06-2014-1736>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

VOSS, B. L.; CARTER, D. B.; SALOTTI, B. M. **Hegemonies, Politics, and the Brazilian Academy in Social and Environmental Accounting: A Post-Structural Note**. In IV CSEAR South America. **Anais...**Salvador: 2015.. Disponível em: <<http://www.csearsouthamerica.net/events/index.php/csear/CSEAR2015/paper/view/163>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

WILKINSON, B. R.; DURDEN, C. H. Inducing structural change in academic accounting research. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 26, p. 23–36, 2015.